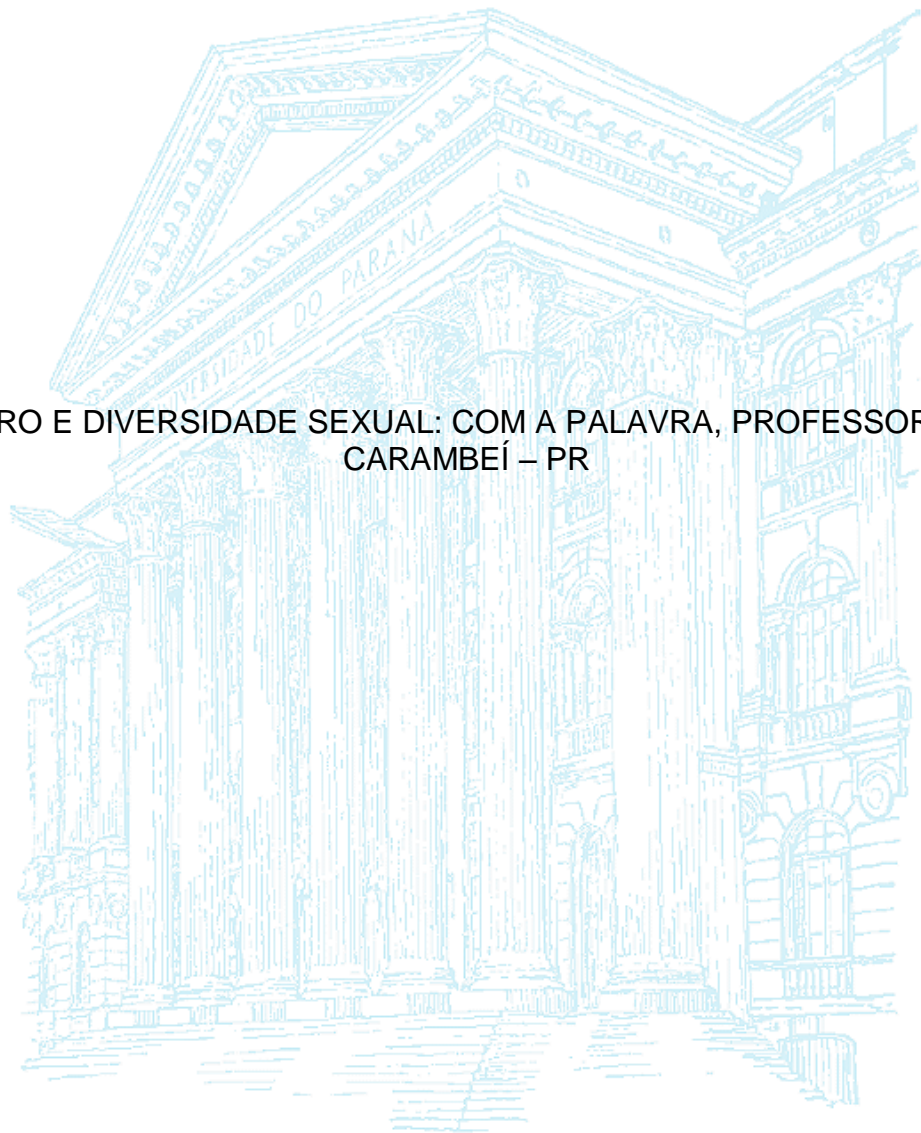


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DELEON BETIM

GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: COM A PALAVRA, PROFESSORAS DE  
CARAMBEÍ – PR



LAPA  
2016

DELEON BETIM

GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: COM A PALAVRA, PROFESSORAS DE  
CARAMBEÍ – PR

Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola.

Orientador: Prof. Reinaldo Kovalski de Araujo

CURITIBA  
2016

# GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: COM A PALAVRA, PROFESSORAS DE CARAMBEÍ/PR

Deleon Betim<sup>1</sup>; Reinaldo Kovalski de Araujo <sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho busca investigar a concepção dada aos termos gênero e diversidade sexual por professoras de duas escolas públicas da cidade de Carambeí- PR. Para tanto, a metodologia da pesquisa é qualitativa (LÜDKE e ANDRÉ, 1986). O método de pesquisa utilizado foi um questionário entregue ora por intermédio da diretora ora pessoalmente aos entrevistados e recolhido posteriormente. Nesse sentido, trato de gênero e diversidade pelo olhar de Butler (2003), Louro (2012), entre outras teóricas. Aponto também questões sobre a laicidade em nosso país (RIOS,2015) e sua relação com a temática gênero e diversidade, sem perder de vista o espaço escolar e a pertinência em dialogar com professoras, a fim de perceber que conceitos pairam no âmbito escolar. Por fim, reitero a importância de professoras se manterem em formação continuada, sobretudo, no que diz respeito à temas como gênero e diversidade sexual, tão necessários e urgentes aos dias atuais.

**Palavras-chave:** Estado laico; gênero e diversidade; professoras

**Abstract:** This work investigates the conception of the terms gender and sexual diversity for teachers from two public schools in Carambeí- PR. Therefore, the research methodology is qualitative (LÜDKE e ANDRÉ, 1986). The research method used was a questionnaire delivered either through the director or personally to the interviewees and collected later. In this sense, I discuss gender and sexual diversity in the style of Butler (2003), Louro (2012), and other theorists. I also discuss about secularism in our country (RIOS, 2015) and its relationship to the gender and diversity theme, without losing sight of the school and relevance of dialogue with teachers, with the purpose to realize which concepts are in school setting. Finally, I reiterate the importance of teachers remaining themselves in continuing education, especially with regard to issues such as gender and sexual diversity, which is so necessary and urgent to the present day.

**Key-words:** Secular State; gender and diversity; teachers

## INTRODUÇÃO

Frente aos últimos acontecimentos e desdobramentos envolvendo as questões de gênero e a luta LGBT no Brasil e no mundo, tais como os esforços feitos pelos grupos fundamentalistas<sup>3</sup> para a retirada das questões de gênero no

---

<sup>1</sup> Mestrando em Linguagem (UEPG); [deleon\\_betim@hotmail.com](mailto:deleon_betim@hotmail.com)

<sup>2</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialista em Educação Profissional pela UTFPR. Graduado em Licenciatura em Teatro pela faculdade de Artes do Paraná, Integrante do Laboratório de Estudos em Educação, linguagem e teatro. (elite – UFPR). E-mail: rei.rka.rka@gmail.com

<sup>3</sup> Entendo aqui por grupos fundamentalistas todas aquelas pessoas que fazem uma interpretação literal de seus livros sagrados e que acreditam nas suas crenças como sendo o parâmetro para o

âmbito educacional, alegando uma suposta “ideologia de gênero”<sup>4</sup> que seria um contra discurso para a questão da diversidade, se torna importante discutir, aqui, as implicações do entendimento de laicidade e democracia em nosso país, assim como, revisitar o próprio conceito de gênero.

A proposta deste trabalho é apontar alguns sentidos sobre gênero e diversidade sexual nas falas de professoras<sup>5</sup> de duas escolas na cidade de Carambeí.

A escolha das duas escolas se deve ao meu envolvimento pessoal e profissional com as instituições. Fui estudante nas duas escolas e em uma delas atuei também como professor de inglês, o que me levou a constatar que a temática gênero e diversidade sexual encontra-se fortemente tensionada e imbricada em relações de poder. Temas que devem ser constantemente debatidos, uma vez que a informação é a melhor fonte para amenizar a intolerância e as injustiças que são cometidas em âmbito social e educacional em nome de crenças e tradições ultrapassadas, sendo também uma grande aliada para desmistificar as falácias sobre gênero e diversidade.

Para falar desses temas me será útil teóricas (os) como Louro (2004), Foucault (1988), Butler (2003), sob a perspectiva *queer*, entre outras (os) teóricas (os). No que diz respeito a questão de laicidade, faremos referência a Rios (2015).

Esta pesquisa se valerá principalmente de procedimentos qualitativos, visto que são de grande valia para pesquisas em educação. Nosso principal método de pesquisa será um questionário, bastante abrangente, sobre gênero e diversidade sexual.

Os objetivos específicos são: a) realizar um levantamento dos cursos ou formação continuada realizadas pelas professoras dos colégios supracitados na

---

resto da humanidade. No Brasil, por exemplo, há muitos políticos que misturam suas crenças com a política, interferindo diretamente na cidadania plena das pessoas que não seguem das mesmas crenças que eles(as).

<sup>4</sup> É preciso pontuar que o termo “ideologia de gênero” é bastante problemático, tanto pela palavra ideologia, quanto pela palavra gênero. Ao que parece, o termo foi usado pela primeira vez na obra de Cristina Hoffmann intitulada “Who Stole Feminism?” de 1994. A autora se considera uma feminista de equidade, mas não de gênero. (LIMA,2015). Contudo, recentemente, a expressão foi retomada por religiosos fundamentalistas com o intuito de excluir as discussões de gênero e da diversidade sexual do âmbito escolar.

<sup>5</sup> Sigo neste trabalho a mesma linha de Araújo (2015, p.5) quando opto por “utilizar o sujeito feminino quando esse não for definido. Historicamente construímos no processo da escrita uma invisibilidade do sujeito feminino ao determinarmos sempre o masculino. As referências a: ‘os professores’, ‘os educadores’ mostram como a linguagem também está inserida em um mecanismo de discurso que estabelece lugares para a dicotomia de gênero.”. Lugares estes que precisamos desconstruir.

temática relações de Gênero e Diversidade Sexual; b) apontar sentidos sobre gênero e diversidade sexual a partir das falas das professoras participantes.

Por fim, reitero que esta pesquisa é apenas um pequeno passo para lançar mão das problemáticas envolvendo gênero e diversidade sexual. Sendo assim, acredito na possibilidade de ampliar o estudo posteriormente.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa é de caráter qualitativo. Como é lembrado por Lüdke e André (1986, p.4) “até bem pouco tempo atrás [entre as pesquisas educacionais] [existia] a crença numa perfeita separação entre o sujeito da pesquisa, o pesquisador, e seu objeto de estudo”. Sabemos, hoje, que separar e isolar os envolvidos numa espécie de laboratório, em se tratando de questões educacionais, não é um procedimento adequado, uma vez que situações educacionais acontecem em meandros de maior complexidade.

Bodgan e Biklen (1982) apud Lüdke e André (1986) trazem cinco características básicas que configuram o estudo qualitativo, as quais serão resumidas aqui da seguinte forma: 1) Tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados; 2) Os dados coletados são predominantemente descritivos; 3) A preocupação como o processo é muito maior do que com o produto; 4) O “significado” que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador; 5) A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo. Tais características estão presentes, em maior ou menor escala, no referido trabalho.

O campo de pesquisa deste trabalho são duas escolas públicas de Carambeí - PR. Assim, nosso método de pesquisa é a aplicação de questionários<sup>6</sup>, com aspectos de entrevista, o qual visa captar sentidos a partir das vozes docentes sobre gênero e diversidade sexual.

Para fazer esse contato com as professoras fui até as duas escolas pessoalmente. Na escola A conversei primeiramente com a diretora, a qual me deu abertura para conversar com o professorado e entregar os questionários. Na escola B, também conversei com a diretora em primeira instância, contudo, ela mesma

---

<sup>6</sup> O questionário indaga o que as participantes entendem por gênero e diversidade, assim como, se já participaram de alguma formação sobre gênero e diversidade sexual, entre outras questões.

preferiu entregar o questionário para as participantes. Depois de duas semanas voltei as escolas para recolher os questionários respondidos.

Vale ressaltar que os questionários têm um caráter mais aberto, sendo que em alguns momentos tendem mais para a entrevista escrita. Nesse sentido, farei, principalmente, um levantamento qualitativo de dados, o qual considera o significado que os participantes dão aos temas deste estudo.

Foram seis participantes de cada escola. Para identificar essas participantes usarei as siglas P1, P2, P3, sucessivamente. Além disso, farei referência de cada escola pelas letras A e B. Devo ressaltar também que a pesquisa teve como participantes professoras (que eram a maioria; um total de oito) e professores (quatro). Contudo, saliento que, como modo de facilitar a escrita e a leitura deste trabalho e também por entender que a linguagem não é neutra optei pelo gênero feminino no uso de pronomes e adjetivos, conforme já explicitado anteriormente.

Assim, serão consideradas as diferentes interpretações para as respostas adquiridas. Desse modo, é com bastante consciência que proponho essa metodologia, sabendo que os dados alcançados serão um ponto de partida para novas pesquisas.

## **VOZES, ECOS, FRAGMENTOS E SENTIDOS SOBRE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NAS MATERIALIDADES PESQUISADAS.**

Eu estava em sala de aula, me sentindo sufocado. Já fazia algum tempo que resolvi me sentar ao fundo, para onde poucos olhares eram lançados. Entra o professor, com a sua presença gélida de sempre. Anuncia: “Temos um mal a combater! Essa coisa de homossexuais! Isso é uma doença! A ciência já disse que é doença!” No fundo da sala, me senti estranho. Olhava para aquele sujeito em frente da turma E o repudio que sentia por ele se voltava contra mim. Eu era o problema e não ele.<sup>7</sup>

As relações de gênero impulsionam as interações e as relações no dia a dia em toda a sociedade, de forma ampla. Dessa forma, dentro das escolas não poderia ser diferente. Conforme atesta Auad (2014, p.2), “a escola é produtora de

---

<sup>7</sup> O excerto citado foi escrito pelo presente pesquisador. É uma de minhas lembranças sobre o período que estava no ensino médio em uma das escolas da atual pesquisa. Tal lembrança remonta o sentimento de confusão e baixa autoestima em virtude de uma cultura toda formada a partir dos moralismos sociais e da não humanidade para com a diferença e diversidade. O professor citado embora ainda atue na escola em questão, não respondeu o questionário.

diferenças, distinções e desigualdades” e ao mesmo tempo, um espaço onde as concepções tradicionais de masculino e feminino são reformuladas, uma que vez que o alunado não é totalmente assujeitado as práticas normatizantes. Conforme Louro (1997, p.61): “Ativamente eles se envolvem e são envolvidos nessas aprendizagens — reagem, respondem, recusam ou as assumem inteiramente.”

Nesse sentido, se torna imprescindível a discussão sobre gênero e diversidade, sobretudo em meandros culturais e relacionais, pois são questões que influenciam diretamente nossos cotidianos. Só para citar alguns exemplos práticos que estão diretamente relacionados com os temas deste: a) forte cultura de violência (simbólica, sexual, psicológica) contra mulheres<sup>8</sup> e contra o feminino; b) Os arraigados estereótipos do que é ser homem e do que é ser mulher na atualidade (lembrando que esses valores estão em constante reformulação); c) A recusa de homens por exames ou tratamentos de saúde que coloquem em risco sua “masculinidade”, seja pela simples recusa em usar filtro solar, ou ainda, a negação do exame de próstata; c) Os crescentes casos de homofobia, transfobia e lesbofobia; d) As desigualdades sociais e políticas em termos de espaço socioeconômico (mulheres que ganham menos que homens nas mesmas funções ou tarefas comumente destinadas de forma arbitrária à mulher ou ao homem); entre tantas outras problematizações.

Contudo, quando se fala em gênero e diversidade, há, em contexto brasileiro, um grande problema de entendimento por parte do senso comum - e também da academia - sobre suas reais projeções. Isso se deve, em partes, pela existência de múltiplas correntes de estudo sobre gênero e diversidade, e pelo fato de não serem temáticas que possam ser fixadas no tempo em conceitos cristalizados (há sempre novas descobertas a serem feitas e questões a tramitar). No entanto, ao meu ver, tal constatação não é exatamente um problema, uma vez que toda ciência se faz nesses termos. Assim, o que de fato pesa quando o assunto é gênero e diversidade são as falácias e as distorções, sobretudo de políticos mal-intencionados e religiosos extremistas.

Portanto, se faz necessário lançar mão dos estudos em gênero e diversidade com mais astúcia e menos falácia ou ingenuidade. Dessa forma, torna-se pertinente dialogar de antemão tais temas com outro tópico de extrema urgência, a saber, a laicidade constitucional do nosso país.

---

<sup>8</sup> Aqui entendemos por mulher toda pessoa que se identifique com o gênero feminino, independente de órgão sexual.

Vale lembrar que a laicidade surge em resposta aos conflitos religiosos e políticos frequentes em todo o mundo. Em contexto brasileiro, sua discussão aflora com a derrocada da ditadura militar (1964-1985). É, pois, uma tentativa de convívio pacífico de todas as culturas, na qual subentendesse uma neutralidade religioso (para que não haja opressão para com as crenças minoritárias) e, além disso, postula-se na laicidade a valorização da pluralidade de ideias. (RIOS,2015)

Em sentido oposto, os fundamentos religiosos são postos em definitivo, sem espaço para à dúvida e para à contestação. “Daí não haver, conforme postula a laicidade, espaço para argumentos religiosos no processo de deliberação política estatal. ” (RIOS, 2015, p.22). Desse modo:

Exatamente por atentar especialmente à importância do pluralismo e da diversidade, a laicidade apresenta-se como o arranjo político-institucional e a configuração jurídico-constitucional mais apropriados à proteção da liberdade de pensamento, de opinião e de crença. Com efeito, a laicidade revela-se princípio de organização estatal que possibilita, simultaneamente, a proteção em face do perigo de intervenção e manipulação estatal no âmbito religioso e a defesa de indivíduos e de grupos diante da tentação de maiorias que almejem impor suas convicções religiosas sobre os demais por meio do processo político. (RIOS, 2015, p.20)

O mesmo autor discute a importante distinção entre dois modelos de laicidade: de neutralidade e pluriconfessional. O modelo adotado pelo Brasil em sua constituição é o segundo mencionado. O quadro a seguir resume as diferenças entre um modelo e outro.

	Atitude diante do fenômeno religioso	Organização da vida política estatal	Desenho das políticas públicas	Colaboração com o Estado na execução das políticas
Neutralidade	Indiferença e distanciamento	Irrelevância e afastamento	Desconsideração da diversidade	vedada
Pluriconfessionalidade	Atenção e presença	Diversidade religiosa como bem constitucional	Medidas de acomodação das diferenças	permitida

(Quadro elaborado por RIOS, 2015, p.28)

Contudo, Rios (2015) informa que não se pode confundir a pluriconfessionalidade com um sistema no qual se admite atos estatais com fundo religioso. Não há, portanto, à imposição da fé de determinado grupo aos demais, (essas e outras ressalvas podem ser vistas com maior atento em Rios, 2015). Mesmo assim, é preciso pontuar sobre a frágil laicidade do sistema brasileiro, só para citar alguns exemplos, no ano de 2014:

Os embates teórico-políticos em torno da aprovação do Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024), inicialmente previsto para o período entre 2010-2020 (PNE - PL 8035/2010) foram marcados por uma disputa acirrada na Câmara dos Deputados que modificou a redação de uma de suas metas que propunha a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual”. No jogo de forças políticas, as bancadas católica e evangélica conseguiram a supressão dos termos “igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual”, e a redação final foi aprovada da seguinte forma: “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”. (NARDI, et al, 2015, pp.7-8)

Vale lembrar também da recente aprovação, amplamente noticiada pelos veículos midiáticos e polemizada em redes sociais, por comitê especial que define família como a união entre homem e mulher com filhos biológicos. Tais situações colocam em debate a veracidade do chamado estado laico em nosso país e a resistência dogmática em ampliar discussões sobre gênero e diversidade.

Para ilustrar essa problemática trago o depoimento de uma participante da pesquisa:

“Gênero pode significar diferenças entre homens e mulheres. Esta temática muitas vezes é confundida somente no que diz sentido ao que chamamos de orientação sexual (LGBT), mas além disso devemos trabalhar sim na sua totalidade, o debate deve ocorrer sim nas escolas, **mas alguns fanáticos religiosos insistem que este assunto não deve ser tratado na escola**” (P3, EA, 2015, grifo meu)

Dito isso não há como separar as questões que envolvem gênero e diversidade sexual das tensões sociais que envolvem o conceito de laicidade do estado brasileiro. Um dado interessante que corrobora com essa questão é o de que das doze participantes da pesquisa temos uma grande variedade de religiões e mesmo a ausência de. Por exemplo, P3 da EA diz: “Quando criança fui católica, agora sou espiritualista, sigo a religião que faz melhor, que me traga paz, não sou presa a dogmas”. P6 (EA,2015) se diz umbandista. Outras se dizem evangélicas,

católicas, protestantes, espíritas. E ainda há aquelas que informam ser de determinada religião mas apontam que não são praticantes. Portanto, não se pode apagar a laicidade do nosso país e mesmo as tensões explicitadas no relato de P3, pois isso tem afetado diretamente o tratamento das questões de gênero e diversidade sexual em nossa sociedade.

No senso comum o termo gênero é empregado como uma forma mais polida de sexo, no sentido de masculino ou feminino (LIMA,2015). É o que demonstra, por exemplo, a fala de P2 da EB: “É o sexo masculino e feminino visto pela sociedade”, Contudo, dentro das teorias de gênero o assunto fica mais complexo. De acordo com Louro (1997), os estudos em gênero estão amplamente relacionados com as lutas e os movimentos feministas. (A retomada histórica do movimento feminista pode ser vista com mais detalhes em Louro (1997))

Assim, os estudos em gênero, inicialmente marcado pelas lutas das mulheres em tempos muito mais desiguais do que atualmente, hoje, em uma de suas vertentes, atua no entendimento das relações entre as pessoas, sobretudo com ênfase nas construções sociais:

Ao dirigir o foco para o caráter “fundamentalmente social”, não há, contudo, a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas. (...) O conceito pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou, então, como são trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico. (...) as justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação. (LOURO, 1997, pp.21-22)

Portanto, gênero, pelo viés que discuto, é, antes de mais nada, a constituição da identidade de uma pessoa, dentro de suas possibilidades performativas. Desse modo, é importante “não tomar o termo gênero como significando sexualidade, embora a literatura na área mostre que são conceitos indissociáveis, do ponto de vista de sua proximidade, porém não se constituem como sinônimos” (ALBANO, 2006, p.8)

Contudo, Butler (2003) problematiza a noção de “construção social e cultural” de gênero estabelecidas por algumas correntes. A autora alerta que se a biologia é por vezes interpretada como determinista, por outro lado, a cultura também pode ocupar esse papel (pensando nessas correntes que apagam o processo de

construção e tratam os corpos como “recipientes passivos de uma lei cultural inexorável”). Isto é, ir de um extremo ao outro não seria o ideal para discussões mais sérias sobre gênero e diversidade.

A mesma autora ainda diz: “se o gênero e o sexo são fixos ou livres, é função de um discurso que (...) busca estabelecer certos limites à análise ou salvaguardar certos dogmas do humanismo como um pressuposto de qualquer análise de gênero” (BUTLER, 2003, p. 27). Isto é, coloca-se em debate que as discussões sobre gênero são discursivamente estabelecidas dentro dos limites de uma cultura hegemônica, sendo essas fronteiras discursivamente marcada por estruturas binárias. Portanto, vale atentar para aquilo que pode ou não pode ser mobilizado dentro dos meandros culturais vigentes. Tal discussão, é possível dizer, foi iniciada por Foucault (1988) que aponta, entre outros fatores, como o poder e os discursos estão vinculados por meio de instituições que regulam e reprimem os atos sociais, como por exemplo, igrejas, escolas, famílias, o próprio campo da medicina etc.

Butler, em suma, analisa as diferentes teorias de gênero desde de Beauvoir até teóricas contemporâneas, problematizando e discutindo as contribuições de cada vertente, assim como suas fragilidades. Nas palavras de Butler (2003, p.33): “a crítica feminista tem de explorar as afirmações totalizantes da economia significativa masculinista, mas também deve permanecer autocrítica em relação aos gestos totalizantes do feminismo. ”

Com essa breve discussão que fiz até aqui (pois muito mais poderia ser dito), abro espaço, portanto, aos dados colhidos em duas escolas, que farei referência pelos atributos A e B.

Devo esclarecer alguns pontos que julgo importante para a compreensão dos dados, informações exteriores ao dados propriamente ditos: a) Ambas as escolas autorizam a realização do trabalho, contudo, na escola A coube a mim falar com o professorado; já na escola B, a diretora realizou essa tarefa; b) Para cada escola eu distribui dez questionários, todavia, obtive tanto da escola A quanto da escola B apenas seis questionários respondidos; c) Cabe ressaltar também que as pessoas que se dispuseram a responder o questionário, ao que tudo indica, já possuem alguma afinidade com os estudos de gênero, ou são mais abertas para discussões desse teor. Dito isso, sigo com as respostas que obtive:

A primeira e a segunda questão apontam um dado curioso e divergente entre a escola A e a escola B. A questão um indagava nossas participantes se gênero e

diversidade sexual são assuntos que devem ser tratados na escola. A grande maioria das participantes da escola A afirmaram que sim, (apenas uma participante disse não ter certeza). Todas as participantes da escola B também responderam pelo sim. Uma explicação provável para esse dado é o número maior de participantes mulheres em detrimento de homens. No que diz respeito a participante que afirmou não ter certeza, pude verificar que esta nunca participou de alguma formação sobre gênero e diversidade sexual, da mesma forma, nunca contemplou esses temas em sala de aula e também afirmou que não presenciou nenhuma situação em sala de aula na qual houve a necessidade de mediar alguma fala sobre gênero e diversidade.

Contudo, na questão seguinte, que questionava se nas aulas, as professoras trabalham ou já trabalharam alguma vez com a temática de gênero e diversidade, na escola A as mesmas pessoas que responderam anteriormente que os temas devem ser tratados na escola, nesse momento responderam que nunca trataram dos temas em sala de aula, sendo que apenas uma participante disse que trabalha com o tema e outra disse que poucas vezes. Em contraponto com a escola B, cujas respostas foram todas sim tanto para a questão um quanto para a questão dois, o que demonstra um possível maior envolvimento dessas participantes, mesmo entre aquelas que nunca participaram de um curso de formação sobre essas temáticas.

Ainda sobre a contradição constatada anteriormente pelas participantes da escola A, das três participantes que responderam sim para a primeira pergunta e não para a segunda, todas as três nunca trabalharam gênero e diversidade em seus planos de aula, duas das três participantes nunca participaram de nenhuma formação a respeito de gênero e diversidade e ainda das três apenas uma delas relatou presenciar cenas corriqueiras nas quais alunos se ofendem usando de forma ofensiva termos como “bicha” ou “viado”, de forma que ela precisa intervir e conversar com esses alunos. Alguns sentidos possíveis para essa falas seriam: a) mesmo realizando cursos de formação para tratar de gênero e diversidade, embora sejam sem dúvida muito importantes, isso não é um fator decisivo na garantia de que os temas serão tratados de forma adequada e mesmo de que serão tratados em âmbito escolar; b) existe uma grande distância entre aquilo que se fala e aquilo que se faz, por extensão, entre aquilo se fala e aquilo que de fato se pensa; c) a divergência entre as respostas e mesmo entre fatores como ter alguma formação sobre gênero e diversidade ou não ter, demonstram a complexidade que engloba

tanto a temática tratada como a subjetividade das participantes, que não se limita a esse ou aquele fator.

A questão 3 solicitava das participantes uma resposta por escrito: “Na sua opinião, o que é gênero? Quais as implicações dessa temática em nossa sociedade? ” Também é curioso apontar que todas as respostas que obtive na escola B, fazem referência ao binarismo masculino e feminino, tanto no sentido restrito, definindo gênero como tal, quanto no sentido de ampliar o conceito partindo do binarismo. Vejamos:

“Não se refere apenas a ‘macho’ e ‘fêmea’, mas às diversas dinâmicas envolvendo masculinidades e feminilidades. Implica nos processos de configuração de identidade e funções sociais” (P1,EB, 2015)

“É o sexo masculino e feminino visto pela sociedade e suas implicações na sociedade atual, por fatores genéticos” (P2, EB, 2015).

“Diz respeito ao masculino e ao feminino, mas não necessariamente ao sexo biológico, mas sim a forma que as pessoas se sentem. É preciso tratar sobre o papel atribuído pela sociedade a homens, mulheres e homossexuais. ” (P3, EB, 2015)

As respostas de P1 e P3 corroboram com a assertiva de Scott (2005, apud CORSINO, 2014, p. 131): “Gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. Já a fala de P2 é um tanto inconclusa, mas, indica um entendimento de gênero com base em fatores genéticos. No mesmo sentido, P4 traz uma fala até certo ponto refletida, contudo, ao fim, ambígua:

“Gênero masculino ou feminino, não tem a ver com orientação sexual, é como o indivíduo nasce (aparelho reprodutor). A escola deve ser dinâmica historicamente junto com a ciência e tudo que implica sobre todos os assuntos e aceitar as escolhas, trabalhando conscientização no seu meio para evitar preconceito” (P4, EB, 2015)

Se, por um lado, P4 faz a distinção entre gênero e orientação sexual, por outro, gênero, em sua concepção, se restringe ao aparelho reprodutor, desconsiderando qualquer situação de pessoas transexuais, transgênero e travestis.

P5, por sua vez, aponta a polissemia da palavra gênero, fator já mencionado neste trabalho. Além disso, destaca a importância do tema ser debatido e orientado em âmbito escolar, defesa que também faço aqui.

Por fim, destaco a resposta de P6, que foi a única participante a mencionar o termo “transgênero”, dessa forma, rompendo com a dicotomia “homem e mulher”. Na sequência as respostas de P5 e P6:

“Gênero pode ser uma palavra para muitas referências. O que nos interessa aqui é o que caracteriza homens e mulheres. Hoje essa temática é latente devido a intolerância de alguns, e é justamente por essa intolerância que deve ser debatida” (P5, EB,2015)

“Gênero para mim é masculino feminino e transgênero. As implicações são o preconceito contra as pessoas que “não se encaixam” na sociedade dita padrão. ” (P6, EB, 2015)

Embora a condição social de pessoas trans (transgênero, transexuais, travestis) seja de grande complexidade, não há por parte das escolas nenhuma motivação para entender a condição dessas pessoas e acolhê-las, justamente se pensarmos que elas (es) “desafia (m) a ordem binária de organização de sexo, gênero e desejo” instituída pelos discursos hegemônicos e também pelas relações espaciais. (JUNKES; SILVA, 2009, p.149)

No que se refere a escola A obtivemos as seguintes respostas:

“É a distinção que se faz entre o sexo masculino e o feminino por uma questão histórica e cultural sem deixar de considerar os aspectos biológicos. Porém, deve se levar em conta as implicações de ordem genética ou comportamental” (P1, EA, 2015)

“Gênero é um termo utilizado para designar o sexo masculino e o feminino. Mas sabemos que hoje essa denominação não é bem assim, pois essa questão vem em decorrência da realidade da sociedade (como cada um realmente se caracteriza) e não pela anatomia do corpo. Essa temática traz muitas dúvidas e até preconceito pela falta de conhecimento da sociedade” (P2, EA, 2015)

“É um conceito que posso utilizar para identificar grupos, isto é, que apresentam características semelhantes, estas podem ser genitais ou psicológicas” (P4, EA. 2015)

“Se refere à construção social do sexo, forma com que homens e mulheres se manifestam na sociedade” (P5, EA, 2015)

“Gênero não é apenas uma questão de orientação sexual e sim incluindo as diferenças entre as pessoas” (P6, EA, 2015)

É possível perceber uma certa regularidade nas respostas, sobretudo, partindo da distinção entre homem e mulher. Como ressaltai anteriormente, não se cogita pensar em nada que transgrida as fronteiras do dizível. Constato que não há espaço para pessoas trans nas escolas, uma vez que não são mencionadas mesmo quando o tema é gênero, salvo uma exceção, P6, EB, (2015).

Outro ponto recorrente que percebi: muitas participantes mencionaram não ser gênero apenas algo que concerne à causa gay. Tal ressalva, me parece, precisa ser feita sempre que possível, numa tentativa de eliminar o estigma que as discussões de gênero estão recebendo em virtude do já conhecido e antigo estigma atribuído aos LGBTs.

Em termos gerais, não obtive respostas muito profundas sobre o conceito de gênero, que ora simplificavam o termo ao “genital”, ora trazia como “a diferença entre homem e mulher”.

Nesse sentido, trago aportes da teoria queer, a fim de provocar as definições que obtivemos até aqui. Louro, (2012, p.367), sugere uma mudança de foco, uma mudança epistemológica:

Busca-se enfatizar mais as práticas do que as identidades e questionar os binarismos sobre os quais se assenta o saber e a cultura dominantes. Em outras palavras, antes de se propor como uma nova identidade e buscar integrar-se ao conjunto da sociedade, o *queer* pode representar o questionamento e a crítica desconstrutiva das normas, da lógica e dos arranjos sociais vigentes. (LOURO,2012, p.367)

Assim, o *queer* é um movimento, segundo Louro (2012) e outras teóricas que requer o ato de estranhar o convencional. A exemplo do que esclarece Louro (2004), ao apresentar sua definição de “intolerável”; seria, pois, aquilo que todo mundo concorda pelo fato de estar instituído, como por exemplo, a heteronormatividade<sup>9</sup> e o machismo. Isso para a autora soa como intolerável e carece de correção, necessita ser estranhado: entender o que está instituído e suas formas de naturalizar-se na sociedade. Ao contrário do que pensam muitos educadores, não seria o caso de “corrigir” o “problema” da homossexualidade e sim, estranhar os currículos excludentes ainda vigentes nas escolas e em outras instituições.

---

<sup>9</sup> Pode-se compreender o termo heteronormatividade como aquilo que é tomado como parâmetro de normalidade em relação à sexualidade, para designar como norma e como normal a atração e/ou o comportamento sexual entre indivíduos de sexos diferentes. (PETRY e MEYER, 2011, p.196)

Todavia, em nosso recorte de participantes não houve nenhuma pessoa que explicitasse respostas preconceituosas sobre diversidade sexual. Termos como “subjetividade humana”, “expressão humana” “necessidade de aceitação, respeito” foram usados com recorrência. Muitas denunciaram o preconceito e enfatizaram a necessidade de reconhecimento dos direitos LGBTs, (sobre a inclusão e permanência de LGBTs na escola pública ver ARAÚJO, 2012). Outro dado interessante, ao meu ver, foi que a grande maioria usou o termo “orientação sexual” em detrimento do termo “escolha” para falar de sexualidade, sendo que apenas duas participantes usaram o segundo termo mencionado. No entanto, isso não significa que inexistiu um preconceito velado, sobretudo, levando em conta as respostas ambíguas e confusas que obtivemos.

No que diz respeito aos cursos de formação sobre gênero e sexualidade que porventura foram realizados pelas participantes foi descoberto que das doze participantes, (seis de cada escola), cinco já participaram de alguma formação sobre gênero e diversidade num contraponto com as sete pessoas restantes. Indicaram cursos realizados nas universidades próximas, assim como cursos a distância e também formação dentro da própria escola. Das cinco participantes que afirmaram já ter participado de algum curso sobre os temas citados, três eram da escola B e duas da escola A.

Ressalto que os dados que foram levantados também trouxeram outras informações diversas, mas que devido ao recorte do estudo, não serão contempladas neste momento.

Por fim, cabe mencionar que mais do que esgotar a discussão de tudo que foi problematizado aqui, de forma sucinta, a intenção principal a que me propus foi trazer esses dados e alguns recortes teóricos como ponto de partida para um campo de conhecimento, sem sombra de dúvidas, muito vasto. Portanto, entendo esta pesquisa como um caminho inicial que deixa em seus contornos algumas perguntas no ar: Qual o próximo passo? Como praticar a teoria que utilizo neste estudo? Como ampliar nossos conceitos sobre gênero e diversidade, (me colocando aqui juntamente com as professoras que falaram sobre a necessidade de orientação e debate sobre esses tópicos). E mais: “A quem ou a que a nossa cultura se recusa conhecer? O que essa recusa ou esses limites podem nos dizer?” (LOURO, 2012, p.367).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início deste trabalho apontei a relevância em se discutir gênero e diversidade em virtude dos diversos casos em esfera mundial e local que trazem à tona muitos conflitos e desentendimento no que concerne tais temáticas, os quais de um tempo para cá estão bastante em voga.

A partir disso, explicitarei que o principal objetivo deste trabalho foi o de investigar os sentidos atribuídos pelas professoras participantes ao termo “gênero” e diversidade sexual. As respostas que obtive foram complexas e múltiplas, porém com fortes semelhanças: Muitas partiram das “diferenças entre homens e mulheres” tanto no sentido biológico e “genético”, quanto numa perspectiva social e mais abrangente, contudo, sempre dentro dos moldes dicotômicos determinados discursivamente em termos do que pode ser pensado e estabelecido (BUTLER,2003).

Outro dado, preocupante ao meu ver, que ficou implícito dentro deste trabalho é que pouquíssimas pessoas estão interessadas em tratar ou discutir gênero e diversidade dentro da escola, se considerarmos que poucas pessoas se mostraram disponíveis a participar da pesquisa (visto que de vinte questionários distribuídos entre duas escolas, apenas doze retornaram respondidos- escolas de grande porte com número elevado de docentes). E ainda mais preocupante é pensar que dentro das pessoas disponíveis e abertas a discutir gênero e diversidade, sobretudo por afinidade aos temas, ainda paira uma série de imprecisões, visto as recorrentes falas sobre a necessidade de maior orientação nesses aspectos.

Ressalto que a escola deveria estar mais atenta as discussões com relevância social para seus estudantes. Sendo que isso perpassa por investimento em formação (sempre continuada) das nossas professoras, cujas atitudes e pensamentos são parte constituinte dos nossos saberes, valores e culturas.

É preciso destacar também que muito já se tem feito em termos de avanços nas temáticas de gênero e diversidade, mas ainda há muito a se fazer e há também muitas forças lutando pelo retrocesso nessas questões, fator que nos convida a redobrar nossos esforços enquanto educadores que vislumbram uma sociedade menos desigual e mais igualitária para todas as pessoas.

Como palavras finais, faço uso de Louro (2004), quando diz que a história da humanidade não teria grandes acontecimentos se não fosse a sexualidade, pois sem ela não haveria curiosidade e sem curiosidade não haveria aprendizagem.

“Tudo isso pode levar a apostar que teorias e políticas voltadas, inicialmente, para a multiplicidade da sexualidade, dos gêneros e dos corpos possam contribuir para transformar a educação num processo mais prazeroso, mais efetivo e mais intenso.” (LOURO, 2004, p.72).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBANO, R. M. **Os Estudos sobre Gênero ao Longo da História**. 2006. Disponível em <[http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/2006.gt16/GT16\\_2006\\_11.PDF](http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/2006.gt16/GT16_2006_11.PDF)>. Acesso em 15 de junho de 2015

ARAUJO, R. K. **No Palco Professoras de Teatro: Corpo e Identidade em Perspectiva Verbo-visual**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE-UFPR-2015.

ARAUJO, R. K. Políticas públicas de inclusão e permanência de LGBT nas escolas. In: **Congresso de Cultura e educação para a América Latina – Semeando novos rumos**. CURITIBA: cepial, 2012.

AUED, D. Igualdade de gênero e co-educação : reflexões necessárias para a construção da democracia. In: **Diversidade e educação: intersecções entre corpo, gênero e sexualidade, raça e etnia**. Sierra, J.C.; Signorelli, M. C. [Orgs.]. Matinhos: UFPR litoral, 2014. pp 31-48.

BUTLER, J. **Problemas de gênero. Feminismo como subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CORSINO, L.N. Relações de gênero na educação física escolar: As “misturas” e as separações como forma de aprendizagem. In: **Diversidade e educação: intersecções entre corpo, gênero e sexualidade, raça e etnia**. Sierra, J.C.; Signorelli, M. C. [Orgs.]. Matinhos: UFPR litoral, 2014. pp 129-144.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade** 1. A vontade de saber. 19a edição. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

JUNCKES, I. J; SILVA, J. M. **Espaço escolar e diversidade sexual: um desafio às políticas educacionais no Brasil**. Revista de Didáticas Específicas, nº 1, pp. 148-166. 2009.

LIMA, J. D. **O que é “Ideologia de gênero”?** Gazeta do povo. Texto publicado na edição impressa de 14 de junho de 2015

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

\_\_\_\_\_. **Os Estudos Queer e a Educação no Brasil: articulações, tensões, resistências**. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 2, n. 2, jul-dez 2012, pp. 363-369.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 1986.

NARDI, Henrique Caetano; MACHADO. Paula Sandrine e SILVEIRA. Raquel da Silva. Apresentação. In: **Diversidade sexual e relações de gênero nas políticas públicas: o que a laicidade tem a ver com isso?**. NARDI, Henrique Caetano; MACHADO. Paula Sandrine e SILVEIRA. Raquel da Silva. [Orgs.]. Porto Alegre: Deriva/ Abrapso, 2015.

PETRY, A. R; MEYER, D.E.E. **Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa**. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 10, n. 1, p. 193 - 198, jan./jul. 2011

RIOS, R. R. A Laicidade e os Desafios à Democracia no Brasil: Neutralidade e Pluriconfessionalidade na Constituição de 1988. In: **Diversidade sexual e relações de gênero nas políticas públicas: o que a laicidade tem a ver com isso?** NARDI, Henrique Caetano; MACHADO. Paula Sandrine e SILVEIRA. Raquel da Silva. [Orgs.]. Porto Alegre: Deriva/ Abrapso, 2015. pp. 17-38.